

Lugar de memória memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA.¹

Cyntia Andradeⁱⁱ
(Brasil)

Resumo: Igatu é um pequeno distrito do município de Andaraí – BA, com cerca de 400 habitantes, que como a maioria das cidades da Chapada Diamantina, foi construída com a exploração do garimpo. A percepção da memória como leitura do espaço torna-se importante instrumento de investigação em busca de resgatar o patrimônio imaterial da localidade. Visando compreender os estreitos laços entre a memória e o lugar e o processo de construção da vila, a pesquisa utilizou das narrativas orais dos antigos moradores da época do garimpo para uma leitura fiel da história local, buscando analisar o uso do legado cultural como instrumento de suporte para a atividade turística.

Palavras chave: Memória; Turismo; História oral; Legado cultural; Patrimônio imaterial.

Abstract: Igatu is a small district of the municipal district of Andaraí - BA, with about 400 inhabitants, that as most of the cities of Chapada Diamantina, it was built with the exploration of the claim. The perception of the memory as reading of the space becomes important investigation instrument in search of rescuing the immaterial patrimony of the place. Seeking to understand the narrow liaisons between the memory and the place and the process of construction of the villa, the research used of the old inhabitants' of the time of the claim narratives orals for a reading faithful of the local history, looking for to analyze the use of the cultural legacy as support instrument for the tourist activity.

Keywords: Memory; Tourism; Oral history; Cultural legacy; Immaterial heritage.

ⁱⁱ Cyntia Andrade. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, ES - Doctorado em Turismo Integral, Interculturalidad y Desarrollo Sostenible. E-mail: cyntiand@gmail.com / cyntiand@yahoo.com.br

Introdução

O espaço, como resultado das relações sociais pré-existentes vinculadas às forças econômicas e políticas ora dominantes, deixa marcas impressas na paisagem. Um testemunho que sedimenta recordações, registrando informações de tempos passados que contam a história do lugar.

A apropriação simbólica do espaço acumulada de sentimentos e pertinência, o particulariza e o transforma em lugar. Neste contexto, o conceito de lugar se apóia na reflexão de Tuan (1983: 6) quando diz que: “o espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor [...], além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar”.

O lugar é o redimensionamento do espaço dotado de sensações, afeição e referências da experiência vivida ou, como diria Carlos (1996: 16) “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”.

As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para uma constante visita ao passado, trazendo em si, os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções. Assim, o lugar de memória, segundo Nora (1993: 21) “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica”. São lugares que estendem uma história regada de cumplicidade, significações, afetividade, pertencimento, ou simplesmente de alma.

A memória está estratificada no lugar. As histórias contadas, tempo a tempo, estão impregnadas no meio, sedimentadas na saudade e a procura de registros e sinais da ausência que descrevem a memória do lu-

gar. Gastal (2002: 77) afirma que “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo”.

Como elo de interpretação do passado, a memória é a voz e a imagem do acontecido. Com base em Le Goff (1996: 423), o conceito de memória toma corpo quando ele coloca que “a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de informações psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. As imagens, configurações e representações do tempo vivido ou imaginado pertencem ao campo de memória, poucas vezes exercitados na reconstrução da história do lugar. Freire (1997: 45) elucida quando diz que: “A memória, compreendemos melhor, elabora-se a partir da ausência, e com pé fincado no presente, volta-se para frente. Nesse terreno, as mais aparentemente insignificantes lembranças são artigos de valor, sendo necessário guardá-las com cuidado, sabendo do risco que se corre com a perda desse que é o nosso mais valioso e invisível patrimônio”.

Da memória dos contos e dos cantos, do real e do imaginário, do individual e do coletivo, renasce o passado. Como nas palavras de Nora (1993: 9) que diz que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Daí surgem os lugares de memória que são verdadeiros patrimônios culturais, projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços identitários do lugar. É na pertinência das palavras de Gastal (2002: 77) que repousa a lucidez, onde: “as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas tem memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória” (grifos do autor).

Os lugares de memória e as memórias do lugar se conjugam em busca de

instrumentos de reforço da identidade e da singularidade local. A população se constitui a mais importante ferramenta já que é depositaria de informações, registros êmicos e sentimentos afetivos, resultado de uma relação com base na topofilia.

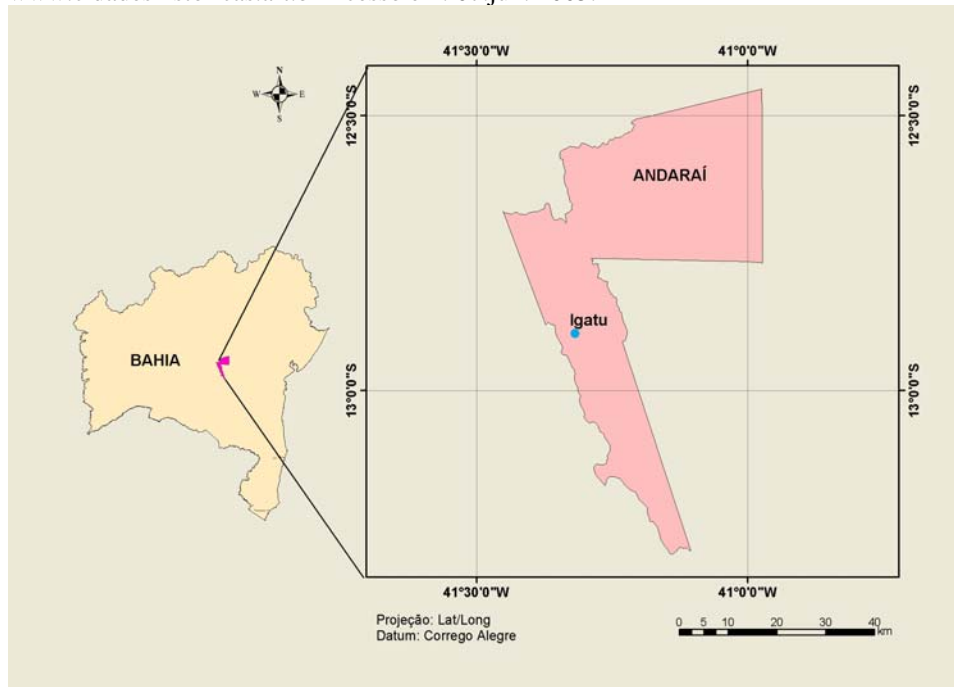
Distrito do município de Andaraí, na Chapada Diamantina -BA (Figura 1), Igatu uma pequena vila de clima tropical semi-úmido e temperatura média de 22° C, é o que se pode chamar de lugar agradável, cercada não apenas por suas características geográficas, terrenos irregulares, mas por paisagens que despertam o imaginário popular. Memória e paisagem se comunicam por meio do olhar, resgatados por lembranças de tempos vividos e construídos na paisagem local. Em Igatu, a memória dos tempos de construção e soerguimento da vila em torno da extração de diamantes está confinada aos poucos habitantes que ainda resistem as intempéries e trapaças do tempo que teima em passar, correndo o risco de muito do que aconteceu fosse legado ao esquecimento e a uma história (re) inventada. A riqueza do tempo vivido que retrata cada pedra sobreposta na construção da vila, a vida dos ex-garimpeiros sofre o risco de ser passada a limpo apenas em um

importante destino turístico e a necessidade de manter a identidade garimpeira, o respeito ao patrimônio ambiental e a memória local, torna-se vital para a sobrevivência salutar entre o ambiente e a população envolvida.

Em busca de construir um mapa representativo da memória local, com os lugares de memória e as memórias do lugar por meio da percepção da memória, narrativa oral, imagem e representação do espaço vivido, foram adotado como instrumento metodológico entrevistas, relatos e depoimentos dos moradores locais nativos², em sua grande maioria garimpeiros, resultando em uma tentativa de recuperação da memória oral, forte instrumento de afirmação da identidade local. E é por meio da percepção da memória que o passado se torna presente na oralidade.

A escolha da amostra não-probabilística por julgamento (Dencker, 1998) se deu por meio de informações locais, em busca dos antigos moradores, garimpeiros natos, que tivessem história para contar sobre a formação e construção da vila pela atividade do garimpo. Trinta e três foi a soma dos maiores de 60 anos, considerados melhores

Figura 1: Mapa de localização de Igatu. Fonte: Disponível em <http://www.cidadeshistoricas.art.br> Acesso em: 07.jun. 2005.



roteiro de turismo. A vila surge como um

informantes ou os conhecedores do lugar,

onde em meio as limitações impostas pelo tempo e a disponibilidade de cada um, dezenove se fizeram presentes na (re)construção da memória que mesmo passando pela imagem individual é fruto de uma imagem, uma memória coletiva. As entrevistas semi-estruturadas (Dencker, 1998) foram gravadas em fitas magnéticas e transcritas in verbatim para não comprometer a autenticidade das falas. As fotografias dispostas representam uma forma de interpretação e representação imagética do lugar. Considera-se a amostra satisfatória já que atendeu aos principais objetivos da pesquisa, ressaltando que não é interesse analisar a veracidade dos fatos, mas relatar as histórias contadas entendendo como um legado de uma história vivida, sentida e referenciada.

Das histórias contadas e rememoradas renasce a vila de Xique-Xique das décadas de 1940 e 1950. A cartografia da memória resulta em um passeio pelas lembranças da cidade habitada em pleno funcionamento remarcada pelo tempo, uma leitura dos antigos moradores sobre o lugar do passado. Os pontos relevantes foram representados e plotados em mapas esquemáticos, com o auxílio do programa de Sistemas de Informações Geográficas Arc View 3.2, buscando uma (re) leitura da antiga Xique-Xique de Igatu.

Garimpando a história: “os narradores” de Igatu

O lugar está cheio de afetividades onde sua própria paisagem se encarrega de narrar sua história. As pedras que calçam as ruas são alicerces dos tempos áureos que por ali passaram e que, passo a passo, testemunham o acontecer diário da reconstrução da vila. As janelas são molduras do olhar e também instrumentos que se debruçam na história vendo a vida passar. Um lugar que hoje nem de longe lembra a dinâmica Xique-Xique do início do século passado, guarda em si as lembranças e memórias de quem tem muito para contar. Lembradas por Bosi (1994: 84), que com propriedade questiona: “Por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências. A experiência que passa de boca em boca e que o mundo da técnica desorienta”.

A história do lugar contada no lugar da história, tendo como narrador os antigos moradores, desembaraça nós atados pelo tempo, aflora nas lembranças as marcas da memória em busca de interpretações e até justificativas das mudanças contemporâneas. Thompson (1998: 21) afirma que “por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história”. Conhecer sua própria história, seu caminho percorrido é um exercício de auto-reconhecimento, de integração temporal, aonde as imagens do passado projetadas são transportadas através do sentimento de pertença, afetividade e de identidade local. O autor ainda lembra que: “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...].Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade [...] ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época” (Thompson, 1998: 44).

A história oral como metodologia implica numa dimensão, além de técnica, teórica (Ferreira & Amado, 2001). A leitura de depoimentos colhidos com as entrevistas, só passará de ser mero desdobramento calçado na memória de atores sociais anônimos, quando interpretado e embasado teoricamente. Lozano (2001: 17) enfatiza que “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência ‘dos outros’”. Vale ressaltar, que se pretende com esse estudo buscar junto à população local a história do lugar por meio dos seus registros da memória.

A utilização de fontes orais numa tentativa de releitura do espaço encontra em antigos moradores o verdadeiro testemunho. Se o espaço se apresenta como um testemunho da história acontecida (Santos, 1990) os antigos moradores testemunham com a memória o presente construído. Os materiais colhidos agregam valores e sentimentos sob diversas percepções que tecem a singularidade do lugar. Os vários olhares sobre um mesmo espaço gera a diversidade

necessária para seu enriquecimento cultural. Voldman (2001: 39) adverte de forma precisa, “[...] nem todos viveram sua adolescência e sua maturidade nas mesmas condições sociais e políticas, e os velhos tempos, embora tenham igualmente passado, não são os mesmos para todo mundo. Do ponto de vista do que há de ser singular em cada indivíduo, nenhuma testemunha se assemelha a outra [...]”.

Geertz (2003: 107) ainda alerta que “Entender a forma e a força da vida interior de nativos – para usar mais uma vez essa palavra perigosa – parece-me mais compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada – ou, [...] interpretar um poema do que conseguir uma comunhão de espírito”.

A história ainda é viva na memória de sua gente que conta com graça e saudade e enche os olhos de lembranças arrastadas pelo tempo, travando uma luta com a idade que confunde datas, mas espelha sabedoria colhida através da experiência vivida. Que nas palavras de Nora (1993: 9) diz que: “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

A narrativas rememoradas pelos moradores antigos, traçam o caminho da construção do lugar, onde os momentos marcantes desenham os mapas calcados na memória afetiva de cada um. Joutard (2001: 54) reforça que “[...] o testemunho oral é o documento mais adaptado por sua ambivalência. Os defeitos que lhe atribuem, as distorções ou os esquecimentos tornam-se uma força e uma matéria histórica”. As lembranças recolhidas e alinhavadas entre a memória e o lugar, contam as histórias contadas, ouvidas e vividas que dão suporte ao sentimento de pertença que pereniza o lugar.

Pedra sobre pedra: a formação da vila

Seus pouco mais de 300 habitantes, ou melhor, 373³, nas contas de um cidadão símbolo da vila, Amarildo dos Santos, que anualmente perfaz “Um levantamento geral do que temos em Igatu, ano 2004”⁴ ,

como ele próprio intitula, Igatu é o que se costuma chamar de lugar pacato. As 16 ruas, o comércio composto de 03 bares, 01 pizzaria, 02 restaurantes, 01 lojinha, 04 pousadas e apenas 70 pessoas que trabalham com o garimpo, constitui o retrato atual de uma vila que nas trilhas do garimpo vê sua história ser passada a limpo como um roteiro turístico.

Atraídos pela prosperidade condicionada à extração de pedras preciosas, iniciada no final do século XIX, mineiros vindos de decadentes tentativas regionais, desbravaram o sertão semi-árido da Bahia central que, acolhidos pela necessidade de vingar em terras férteis passaram a ser os principais responsáveis pelo nascimento de povoados que hoje constituem cidades como Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Lençóis na Chapada Diamantina, Bahia.

Mucugê, antiga Santa Isabel do Paraguaçu Diamantino, surge como a cidade mais antiga da chapada, sendo o primeiro lugar de exploração de ouro e diamantes. Em 1844, as margens do rio Mucugê, foram encontradas pedras de diamantes no leito do rio, que desencadeou o processo de exploração e resultou na formação de cidades que compõem a rota turística do Circuito do Diamante⁵ . Alguns moradores antigos afirmam que os portugueses foram os primeiros habitantes, atraídos pelas notícias que corria em cidades como Lavras e Grão Mogol, zona de mineração de Minas Gerais. A.L.S., de 65 anos, comerciante, conta que “os mineiros vieram para Mucugê e de Mucugê vinham para cá (...) Mucugê já tinha extração dos diamantes e descobriram Igatu, eles que descobriram aqui. Começaram e viviam aqui (...) muito diamante naquela época”. Como enfatiza Misi e Silva (1994: 39): “A principal riqueza mineral da Chapada Diamantina oriental, o diamante, foi responsável pelo crescimento das cidades principais e de diversos povoados da região, a partir de meados do século passado. Desde 1844, quando se iniciaram as primeiras lavras intensivas no rio Mucugezinho, em local hoje pertencente ao município de Mucugê, a região das lavras diamantinas enfrentou períodos de apogeu e declínio, graças ao diamante”.

Pouco se tem registrado sobre a historiografia do lugar. Embora a memória possa traçar a verdade, o tempo contado firma-

se sobre a fase quando o diamante ainda aflorava na terra seguida pela decadência do lugar, o que marca a época do final da década de 1930 até os anos conturbados e que levava a vila ao completo despovoamento por volta da década de 1950. As fases que antecederam essa época foram pinceladas mediante a sinalização dos informantes, que por hora divagavam por tempos não vividos, mas responsáveis pela sua história.

Por volta de 1844 a 1846⁶ o garimpo teve início em Xique-Xique (Fig. 2) desde a sua descoberta e construção, passando pela fase da escravidão e dos coronéis, que traçou todo um território marcado pelas explorações, aberturas de garimpos, iniciando um processo de construção do lugar.

Antes da abolição da escravatura, com a sanção da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, os escravos foram responsáveis pelas



Figura 2. Entrada da vila. Fonte: foto da autora, 2004.

primeiras marcas da história política e cultural da vila. Sabe-se que os escravos tiveram participação ativa na mão-de-obra pesada resultando nas construções de símbolos marcantes do lugar. A igreja de São Sebastião construída no século XIX, por volta de 1854, traz consigo a força de uma população que ergueu a fé montada na ideologia do poder. As trilhas dos primeiros garimpos, tantos ainda pouco conhecidos, tiveram na força negra, mais uma vez a raiz da história baiana. Como lembra M.S.M., 68 anos, garimpeiro e lavrador, nas

histórias contadas pelo seu pai: “Primeiro veio à escravidão, veio os escravos que deixaram a construção da igreja, tem muitas construções, tem tanques, caminhos pelas serras, tudo feito pelos escravos. Como meu pai que ainda pegou a época dos escravos (...) ele sempre falava pra gente, que ele era garimpeiro, ele gostava do garimpo, eu fui criado na serra e ele mostrava as coisas: - Isso aqui foi os escravos quem fez. As primeiras trilhas de garimpo foi criada pelos escravos”.

Na concepção de Bolle (1984: 12): “Nessa comunicação de pai para filho temos literalmente a transmissão de um patrimônio, um elo de continuidade de geração para geração” (grifo do autor).

O curso da história política com a Proclamação da República (1889) acompanhada da então anunciada libertação dos escravos desenhou uma sociedade que se destacava com o poder político e econômico, mudando as estruturas sociais do lugar. Surge o que ficou conhecido como a “epopéia dos coronéis”, que funcionava como o poder central da Chapada, independente das forças externas.

Região marcada por grandes diferenças sociais e concentrações de renda, a Chapada Diamantina foi, da segunda metade do século XIX até década de 1930, um barril de pólvora comandado por poucos e muito poderosos coronéis. As tradicionais famílias proprietárias de terra davam abrigo e emprego para os colonos e exploradores a procura de riquezas, e em troca conquistavam a gratidão e fidelidade dessas pessoas. Formaram-se assim verdadeiros exércitos de jagunços dispostos a defender com a própria vida os interesses dos patrões (D’Andrea, 2004)⁷.

Era a lei local, traçada pelo poder e obedecida pela submissão. Uma estrutura social e econômica que marcou a história política do nordeste como um todo e que deixou sinais ainda hoje sustentados pelos neocoronéis da contemporaneidade. Segundo a concepção de Leal (1993: 20), “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

O coronel mais famoso da Chapada foi

Horácio de Matos que liga a sua história a cidade de Mucugê. Igatu tinha o seu poder nas mãos do coronel Aureliano de Britto Gondin (Fig. 3), que durante bons anos ditou as regras na vila. Garimpeiro, de 68 anos, M.S.M. busca na memória as histórias que cresceu escutando:

Na época dos coronéis, o primeiro coronel daqui foi seu Juca de Carvalho, que não era daqui. Era descendente do exterior, ta mais para português [...]. Seu Aureliano foi depois e era de Riacho de Santana, perto da lapa de Bom Jesus. Ele veio embora para aqui, chegou aqui e foi em 1914, mas não tenho certeza. Aí Seu Aureliano aqui e Seu Juca gostou dos modos dele e botou ele como jagunço dele, né? Ele era o capanga de Seu Juca, de confiança. Então Seu Juca morreu, na Passagem⁸, aí passou a patente para ele. [...] Quando Seu Juca morreu passou para Aureliano de Brito Gondim.

Complementado a história, M. C. O., 83 anos, aposentada, vasculhando os tempos de infância relembra:

Conheci Seu Aureliano, que morava onde é a pousada. Dizem que ele já morou no sobrado, mas eu era menina. Eu ia comprar folhas ou qualquer coisa na casa dele e ele tava sentado. O povo obedecia, mandava no povo e qualquer coisa tomava as providências dele. Era o dono da cidade, quem comandava era ele [...].

A época dos coronéis durou até meados da década de 20, quando as tropas da Coluna Prestes chegam a Chapada e as forças sertanejas fazem o exercito recuar. M.S.M, 68 anos, no auge da sua lucidez reporta a história como se tivesse participado:

Aí veio a Coluna Prestes acabar com os chefes e com esse espanto que teve aí Seu Aureliano morreu. A Coluna que veio desarmar os coronel. Ele não foi armado, eles vieram para desarmar ele aqui, mas ele tinha um amigo muito forte em Salvador que era juiz de direito, Arlindo Leoni, que livrou ele. Foi quando teve esse desarmamento pela Coluna Prestes para desarmar os coronéis ele não foi atacado [...] vieram para a atacar, mas o amigo Leoni, morava em Salvador, não era mais juiz, era Senador e aí livrou ele. Aí ele ficou choqueado com aquilo e ninguém sabe porque sim porque não. [...] O primeiro ataque foi em 1926 e quando foi em 1932, em morreu. Ele mo-

rreu e acabou. Não teve mais negócio de coronel. Acabou coronel!

A vila resiste. Xique-Xique de Andaraí ou simplesmente, Xique-Xique como ainda



Figura 3: Túmulo do Cel. Aureliano de Britto Gondin. Fonte: <http://www2.uol.com.br/mochila-brasil/imagens/igatu28.jpg>. Acesso em 15.ago.2004.

hoje é chamado por muitos moradores do lugar, principalmente o mais antigo, ainda mantinha na atividade do garimpo seu principal personagem geoeconômico. Inserida geograficamente, no sertão baiano, caracterizado pela vegetação da caatinga, a presença de cactáceas é lugar comum no cenário paisagístico do lugar, representado pelo xique-xique (*pilosocereus gouneillei*). Conta-se ainda, que os primeiros exploradores, podem ter vindo da região do alto São Francisco, da cidade de Xique-Xique no norte da Bahia, tendo apelidado o lugar. Tal semelhança causava transtornos tanto no envio de mercadorias que vinham de outras regiões e até mesmo de outros países, acabava indo para Xique-Xique do São Francisco, o que culminou em 1943 com a mudança do nome da vila para Igatu, que em tupi guarani significa “água boa”, o que fica claro de se entender já que a água brota no meio da serra. Monteiro (1999: 13) põe mais uma forma de escrita e possível origem do nome da vila, embasado na relação com os franceses, numa visão mais elitista e se esquecendo da geografia do lugar, no qual ele retruca:

Porque Chique-Chique com CH? Este foi o primeiro nome dado pelos seus desbravadores, derivado das belezas naturais e fruto de influencia e domínio da cultura francesa na época. Com CH, não só por essa circunstância cultural, também para não se confundir com o agressivo 'xique-xique', cactácea não tão abundante na região, para se tornar topônimo. Deixou de ser Chique-Chique por duas razões: a) não ser permitida por lei a existência de duas ou mais localidades com o mesmo nome no Estado, prevalecendo a mais antiga; b) respeitar o Acordo ortográfico de 1943.

A verdade é que a maioria dos moradores antigos chama a vila de Xique-Xique, justificado na presença viva da vegetação (Fig. 4) que caracteriza o sertão brasileiro. O que confirma as palavras de A.L.S. de 65 anos, nascido e criado na vila: "Toda vida nós chamava Xique-Xique, [...] porque quando eles descobriram aqui, tinha muito esse xique-xique na serra [...]".

A identidade fala mais alto, como quem ainda resiste às mudanças traçadas pelo tempo. Ser de Xique-Xique é ter suas lembranças preservadas, é ser fiel a sua memória, ao seu chão. É pertencer, ser daqui e não de outro lugar, é ser raiz junto com o lugar. Bolle (1984: 14) reduz que a "[...]



Figura 4: Xique-Xique (*Pilosocereus gounellei*) na galeria Arte & Memória. Fonte: foto da autora, 2004.

arma eficiente de resistência é a memória afetiva. Dela é que depende a preservação

da identidade, sua ou de seu grupo; ela é um núcleo de sua personalidade".

O sentimento de pertença é aguçado sob forma da apropriação territorial, aonde resistir ao tempo e a mudança do nome do lugar se revela em uma forma de resistência a um elo afetivo, uma declaração de identidade topofílica, da real transformação do espaço em lugar. É quando Hall (2004: 12) diz que "a identidade então costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis".

A influência dos diamantes trouxe várias famílias vindas da região e os primeiros garimpeiros que chegaram foram povoando, iniciando o processo de exploração do lugar. A construção de casas segue a topografia local, onde se aproveitava a arquitetura natural e tocas iam se espalhando, dando um ar de primitiva singularidade. As pedras, tão abundantes e excedentes da garimpagem era a matéria prima que começou a erguer a cidade de pedras.

Das características urbanas, as construções de rochas, ou pedras, saltam os olhos. Material generoso na região, as rochas de um modo geral são sedimentárias, ou seja, formada por sedimentos (areias, cascalhos⁹, etc) acumuladas ao longo de milhares de anos e que foram sedimentadas, sobrepostas em camadas, por agentes exógenos como vento e a água resultando na característica geológica do lugar.

Como excedente no processo de garimpagem, as pedras, como é vulgarmente conhecida, passaram a representar meio de moradia surgindo em grutas naturais encravadas nos lajedos as conhecidas locas ou tocas (Fig. 5), habitação peculiar do lugar que caracterizava a vida do garimpeiro. Essa tipologia habitacional se espalhou pela serra abrigando famílias e deixando sua marca na paisagem local. A população vivia do garimpo e com ele fortalecia a sociedade. Era gente chegando de todos os lugares e a teia das relações socioeconômicas crescia junto com as explorações do diamante.

Embaixo de todas essas pedras todas morava gente. Tinha uma rua daqui até

depois do campo de futebol, tudo cheio de gente. Tinha casas atravessando o rio, até em cima do João Batista. Subindo a cachoeira, as ruínas que se vê, tudo era cheio de gente. Até perto dos córregos dos pombos.



Figura 5: Toca de garimpeiro. Fonte: foto da autora, 2004

Conheci tudo cheio de gente. (A. L. S., 65 anos, morador antigo).

Os dados sobre a população que Iगतu chegou a comportar, ainda são contraditórios. Uns falam em 9.000 outros contam 5.000 mil habitantes na vila e muitos outros espalhados pela serra. Não se tem uma precisão e os números oscilam de acordo com a imaginação e os esforços nas lembranças de quem um dia já fez parte desse dado demográfico. O que se sabe e, talvez, o que mais importa, é que a vila era intensamente ocupada e que sua história se construiu sob o sonho e ambição de muitos, que hoje apenas fazem parte da memória que povoou a vila até meados do século XX.

O comércio era muito forte. O diamante atraía a fortuna e a sociedade se abastecia no lugar. Farmácia, cartório, bar, pensão, casa de sinuca, dentista, lojas de tecidos vindos da Europa, entre outros. As transações internacionais, principalmente com Portugal, eram constantes, já que muita mercadoria era trocada por diamante. O que lembra M.S.M., 68 anos, morador antigo da vila, que pela lembrança de seu pai discorre sobre a história com um sentimento de pertença, de orgulho de conhecer os passos que o trouxera até aqui. Ele dizia:

O comercio era rico. Nesse tempo, diamante se achava era aqui, pelos rios, enxu-

rradas...e aí eles trazia tecidos, trazia louças, trazia material domestico, né? E vendia essas coisas aqui e daqui pra lá levava diamante. Portugal se enriqueceu com nosso benefício. O diamante daqui foi todo para o estrangeiro, para Portugal, Judéia, para Europa [...] Cada pessoa tinha um estrangeiro que vinha da Europa e trazia as transações daqui para lá.

As pessoas não precisavam sair da vila. Conta-se que muita gente morreu sem conhecer Andaraí, o que hoje seria praticamente inviável, dada à dependência com o lugar. O garimpo desenhou a configuração territorial do espaço. Não havia uma única terra que não fosse revirada, um rio que não fosse enxugado pelas bateias e peneiras, cascalhos que não retratassem a imagem do lugar.

Neste sentido, Carlos (2002: 28) coloca que: “O lugar é produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida”.

O diamante brotava na flor da terra. Cada dia de trabalho era brindado com as pedras que reluziam acalentando o sonho de riqueza da população. “Cada boca aberta, era uma quantidade de diamante encontrada. Uma porcelana de diamantes grandes, pois os pequenos eram separados (...) com a luz do sol parecia um monte de estrelas”, dizia Dona A.C.S., de 70 anos, professora aposentada, envolvida na saudade que a lembrança lhe trazia. Como um mineral rígido ocupando na escala de Moh’s¹⁰ o grau 10, o diamante representa para os garimpeiros a esperança de acontecer um “bamburro¹¹” e mudar completamente a sua

vida e, indiretamente a de toda a comunidade. Nessa época, quem não trabalhava diretamente com o garimpo, precisava dele para sustentar seu comércio. Era de onde vinha o dinheiro, muito dinheiro



Figura 6: O mercado municipal na década de 1950. Fonte: Arquivo da Família José Gomes da Silva.

que circulou durante décadas no centro da vila (Fig.6).

Como principal atividade econômica o garimpo foi se profissionalizando. A organização sócio-espacial que, ora passa a surgir, é resultado do processo de garimpagem, que constitui uma exploração individual e nômade, fazendo passar a existir as “lavras diamantinas” que baseado nos estudos de Machado Neto (1974) refere-se a organizações criadas em jazidas altamente produtivas criando uma espécie de empresa com mão-de-obra, no início escrava e homens livres, gerando uma visível e necessária divisão do trabalho.

Tal divisão foi reflexo do que mais tarde, no final da década de 40 e início da década de 50, culminou no que seria o desfalecimento da vila. Agregado a desaceleração da exploração de garimpos já saturados e menos produtivos, desgastados pelo trabalho manual e carente de equipamentos tecnológicos, a vila mergulhou na decadência com um ato político. O garimpo cedeu a política o que seria o capítulo mais decisivo da história de Igatu. Como relembra A.L.S., 65 anos, enfatizando a real face do despovoamento da vila:

A decadência não foi por causa do garimpo e sim da eleição. O garimpo era bom nessa época, diamante muito...Uma diamantada doida em 50, na gruta do Brejo.

Nessa época tava chegando toda semana copo e mais copo de diamantes.

Em 1949, as eleições para governador da Bahia estavam sendo disputadas por dois candidatos: de um lado Regis Pacheco, que substituiu Lauro de Freitas falecido no curso da campanha, e do outro Juracy Magalhães. Em uma jogada inédita, Juracy fora fazer comício na vila de Igatu, o que lhe rendera muitos simpatizantes e garantiram-lhe votos. Enquanto expunha suas idéias, ocorria paralelamente, um ato solidário que agradou a população local. A.L.S., ainda completa que: “Juracy veio e fez um comício aqui em Igatu e nenhum governo nunca tinha vindo aqui com comitiva de 20 jipes [...] ai fez um comício na cidade, no comercio e ai todo mundo falou: - vou votar nesse home! Abriu a casa de negócio

aqui para dar ao povo o que queria [...] tudo para o pessoal pegar o que por conta dele na hora que terminasse o comício ele pagava...”

Igatu viveu momentos de glória, conheceu a riqueza e viu reluzir nos diamantes que afloravam da terra, a sua própria decadência. Conhecedor da história do lugar, M.S.M de 68 anos, relata com detalhes esse momento político vivido pela vila:

Igatu começou a decair de política. Foi a política que decaiu, espantou, expulsou a população. A política quente aqui foi a de Juracy Magalhães, que começou em 49, que foi com a eleição de 50. Nessa época saiu daqui 200 famílias, aonde tinha família de ter 10 pessoas, 12 e saíram porque perderam o candidato (...). A política foi muito forte e as pessoas tinham ligação com o garimpo, justamente por isso saíram, porque o partido que ganhou, era do lado do dono da serra...

A política deixou marcas ainda hoje visíveis na vila. As casas ruíram junto com a tristeza de quem teve de sair, abandonar seu comércio e principalmente o sonho de prosperidade. Com o fim das eleições Regis Pacheco consagrando-se vencedor, fez os opositores baterem em retirada, fechando as portas e os sonhos. Quem tinha mais condições partiu para outros estados, mas a

imensa maioria aportara nas cidades circunvizinhas em busca de nova vida. Os que permaneceram faziam parte do lado vencedor, como ainda conta M.S.M, morador antigo: “De um lado João Socorro e outro lado Jose Messias. O partido deles era o de João Socorro, que ganhou e era do Partido Trabalhista com Regis Pacheco, que ganhou. Quem era do lado de Juracy Magalhães não podia trabalhar na serra. E não tinha outro meio de vida. Então por ai eles foram se arribando, se arribando...Zé Gomes para Mucugê, Auto pra Mucambo, a família de Agripino Nogueira (...) que nunca mais voltou para aqui. Outros foram para São Paulo e foi assim...Poucos retornaram, a maioria não retornou”.

Em um dialogo atemporal, A.L.S., 65 anos reforça as lembranças de seu conterrâneo: “Só ficou quem era do contra. O pessoal da parte de João Socorro, que foi candidato a prefeito nessa época do lado de Regis Pacheco e quem ganhou foi Dr. Inocêncio do lado dele também. Aí o pessoal foi todo embora, só não foi mesmo quem não teve condição de ir. O garimpo continuou mas era do contra. Isso deu prejuízo aí foi embora, fez fila. A família de Guilhermino Nogueira foram embora, o pessoal de Telles para Brumado, Zé Gomes da Silva, seu avô, para Mucugê, era político honesto na época, era um dos grandes daqui do lado de Juracy, então ele não pode ficar [...] O irmão dele Auto Gomes foi embora para o Mucambo [...] Nós também fomos embora para o Mucambo, também não tinha condições de ir para longe aí fomos para perto. Quem tiveram condições de ir para longe foram para São Paulo, Rio de Janeiro, outros foram para Brumado. Eu sei que fez fila em 60, tava uma decadência já grande”.

A partir da década de 1960 (Fig.7, p.15), alguns moradores retornaram a vila, ao garimpo e ao comércio, sem o mesmo brilho de antes, mas com a mesma esperança de enriquecimento. O lugar não mais vivia sob a luz dos diamantes refletidos na rica sociedade. As pedras já não eram tão abundantes num próprio reflexo da degradação acentuada nos tempos áureos. As casas que

ficaram desocupadas viraram territórios de escavação, que viam assoalhos sendo destruídos por picaretas que ainda acalentavam sonhos. Salas, quartos, casas inteiras transformadas em garimpo, sucumbindo-se ao desespero ou a ambição de quem ainda estava por lá. Estarrecido Seu O.B.L. de 82 anos rememora: “[...] o garimpo era farto todo mundo era garimpeiro, tinha umas três mil pessoas aqui em Igatu, mas ao romper dos tempos, o tempo vai lhe mu-



Figura 7: O centro da vila em meados de 1960. Fonte: Arquivo da Família de José Gomes da Silva.

dando...ai foi caindo, foi caindo tanto que isso aqui teve ruim, isso foi em 50, a seca e 'cê sabe, metal sempre falha, né? Aonde se tira não bota outro né?” (grifo nosso)

Igatu parecia adormecida. Bairros inteiros foram devastados só restando ruínas do que teria sido o maior e mais movimentado lugar da vila, depois do centro. O bairro Luís dos Santos, atualmente o principal conjunto de ruínas (Fig.8), chegou a abrigar mais de 500 pessoas, o que hoje não perfaz a população total da vila. Como conta M.S.M, 68 anos, que “no Luís dos Santos (...) eu conheci casas ali, casas de negócios, casa comercial, vendendo bebida, tecido, carne, toucinho. Tinha carnaval, bloco de carnaval (...), tinha muito ourives, trabalhando ouro lá”. E em um suspiro de memória A. L.S., 65 anos, completa que “nas ruínas do Luís dos Santos, morava umas 500 pessoas e hoje só tem Marcos...”, referindo-se a um novo morador da vila.

Embalado nas lembranças dos tempos marcantes da vila Seu E.V.C. de 76 anos põe a saudade à sua frente e revive a história:

Nessa época no Luís dos Santos tinha mais de mil pessoas. Lá tinha vendada, tinha tudo! Fazia festa muito micareme¹² e bonito. Na festa de lá tinha tanta moça que fazia micareme lá e que batia no micareme da praça. Era separado por política, o pessoal daqui da praça fazia um cordão e pegava campanha com o do Luís dos Santos.



Figura 8: Ruínas do bairro Luís dos Santos. Fonte: <http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/imagens/igatu17.jpg> Acesso em 22.out.2004.

Dá tristeza, hoje, porque vai lá e não ver ninguém!

Os momentos de vida marcantes, narrados e registrados a luz da imaginação e da memória resgatada, traz consigo fragmentos de um tempo travado nas lembranças mais bonitas pertencentes ao lugar. É o que relata A.C.S. de 70 anos, que lembra da “infância, os colegas dos tempos que brincava de roda, da sociedade, das amigas, da igreja que cantavam um coro enorme... várias lembranças e a que toca mais é a dos meus pais (...) lembrança mais forte e bonita, meus pais aprenderam comigo, não liam...”. A infância também povoa a saudade de M.C.O. que com 83 anos sente-se ameaçada pela nova configuração demográfica da vila. O intenso movimento, as pessoas que entram e saem sem a ligação genealógica típica do interior, retrata um momento de insegurança da vila que ambiciona um renascimento. Ela suspira como quem vê o passado a sua frente: “A lembrança mais bonita é quando era criança, tinha outra liberdade, que não tem hoje, do passado...ta chegando muita gente, mas

tudo estranho (...) toda qualidade de pessoa. Tantas casas surgindo ai...o pessoal trata a gente bem, não pode também falar mal dele, mas sinto falta do tempo que todo mundo tinha suas casinhas e morava...e dos parentes da gente tudo junto, como agora que fiquei sozinha aqui...!”

A.L.S., 65 anos, durante entrevista, permanecia na saudade que os tempos contados lhe trazia. O tempo de movimento social e de crescimento do lugar, quando rememora: “A lembrança mais bonita é que tinha umas filarmônicas muito bonita aqui. Tinha telefone, se queria falar com Andaraí rodava o microfonete, aquilo é uma lembrança. Queria falar com Mucugê, passava para Mucugê e tinha também que sempre descia de a pé por aí era difícil um carro naquela época, tudo era de animal, então...”

A lembrança nunca vem só no destino de quem a procura. Ela está contextualizada na eterna relação espaço-tempo, que nas palavras de Carlos (2002, p.173) “implica um novo modo de pensar a realidade e como o homem vive essas transformações num cenário sempre cambiante”, e compõe a paisagem descrita. A memória de uma história singular remete-se ao coletivo, embora as ações sejam individuais. Quando questionados sobre suas lembranças, os registros trazem consigo imagens e representações que são comuns a um território, mas sob a leitura, a visão cultural de um testemunho. Por mais que a história seja pano de fundo coletivo as interpretações se fundamentam em experiências vividas e estas são individuais (Portelli, 2001).

A natureza que foi moldada com a exploração das pedras, revirada em cascalhos e sucumbida à degradação criou formas que contam a história, (re) significam paisagens e se colocam no presente para lembrar do passado. A figura 9 (p.17) constitui uma leitura, uma cartografia da memória dos moradores antigos que ao rememorar o passado traz à tona a lembranças dos lugares que marcaram momentos e registraram a história da vila.

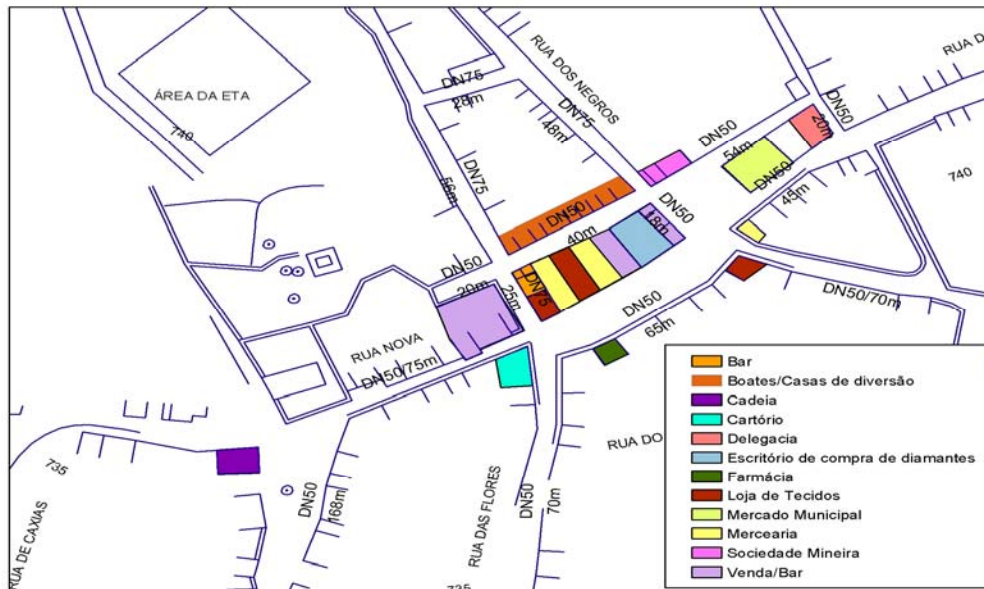


Figura 9: Cartografia da memória – Xique-Xique de Igatu 1940-1950. Fonte: Mapa do centro urbano de Igatu sem definição de escala, fornecido pelo IPHAN (Lençóis-BA). Elaboração: Prof. Dr. Mauricio Moreau. (UESC-BA), com dados cedidos pela autora, 2004.

O tempo de festa, ambição e riqueza marcaram a paisagem da vila. Bares, farmácias, clubes de festas, delegacias e principalmente a área de diversão, os prostíbulos que tanto esperavam pela comemoração dos garimpeiros.

O garimpo e a sorte

Descoberto em 1844, o diamante passou a ser a mola propulsora do desenvolvimento da Chapada Diamantina. Cidades nasceram e decaíram com as pedras diamantíferas (Fig.10). A história do diamante é a própria história das cidades da Chapada.

O garimpo constituiu-se como a principal atividade econômica da região durante décadas. Traçou a história política, econômica e toda a estrutura social narrada na memória e registrada na paisagem do lugar. Como toda atividade produtiva, o garimpo deixou marcas no cenário local que, sob uma ótica cultural, faz a leitura de um passado que não parece muito distante. Ainda hoje muitos moradores estão à procura do diamante perdido, aquele que realizaria o sonho de riqueza.



Figura 10: Diamantes na mão de um comprador. Fonte: <http://www2.uol.com.br/mochilabrasil-/imagens/igatu30.jpg> Acesso em 22.out.2004.

Os locais de mineração conhecidos como garimpo, foram acontecendo à medida que os próprios diamantes eram encontrados nos rios, nas rochas, espalhados na serra. Os donos do garimpo, geralmente, trabalhavam com o sistema de meia-praça, que consistia em um trabalho de parceria aonde havia um adiantamento em forma de feira, alimentação, enquanto o garimpeiro não encontrava a pedra. Quando acontecia, o diamante era levado para o dono do garimpo que tinha a “preferência” e dava o preço, muitas vezes abaixo do que valia, para passar adiante com uma grande margem de

lucro garantida. Como Rocha (1980, p. 50) deixa claro no seu romance *Maria Dusá*, que se passa na vila de Xique-Xique na época de 1860: “Pois é porque ainda tenho coragem de arregaçar a calça e meter no pé no trabalho, que eu gosto de contar a minha vida. Eu fui criado no trabalho. Antes da fome, eu tinha minha criaçãozinha, minha roça e, como pobre, sustentava a família. Quando arrojou a seca, vendi tudo para comer. Quando não pude mais, sai da terra. Como o senhor me viu, andei mendigando, até que, por seu parecer vim pr’aqui. E por felicidade o trabalho não faltou. Trabalhei alugado uns dias, fui vivendo, até que fui convidado pra trabalhar de meia-praça num serviço de gruna¹³, do Bom Será¹⁴. Serviço duro, senhor onde eu ia perdendo a vida, por ser inda reculuta. O dono teve pena de mim, foi me adiantando o saco toda a feira, porque eu não tinha outro jeito. Depois de um mês de trabalho, em que foi preciso arrebrantar co broca um emburrado dos diados, também a gente catou diamante que foi um gosto! Como meia-praça, me coube uns quatro contos, e eu comprei esta casinha e botei esse negócio, porque no fim o diamante ficou cumprido”. (grifos do autor)

É o que reafirma A.C.S. 70 anos, saindo da obra literária para a vida vivida: “Quem não trabalhava no Brejo ou nas grunas, nos garimpos com água ou a seco, por conta ou para o patrão, os chamados meia-praça, vendia para o patrão ou comercializava para terceiros”. Outro antigo garimpeiro, E.V.C., de 75 anos, fala com ressentimento da relação conflituosa e muitas vezes injusta que separa os estratos de uma sociedade:

[...] trabalhar para pegar o diamante era o mais fácil, mais difícil era o que comer né? Todo mundo podia garimpar [...] na época de 60, 1950...dava muito diamante, o comercio tava maravilha ainda do garimpo, né? Agora o cativo era demais...porque o garimpeiro pegava o diamante e quem dava , quem dava a farinhazinha, fornecia chamado fornecimento, dava a farinha comprava o diamante [...] o garimpeiro tinha aquela besteirinha de nada e não fazia nada, nada, nada e hoje tá mio [...] acabou o garimpeiro na serra, não tá tendo quase, tá tendo pouquinho e uma tal de uma porcentagem que eles cobravam antigamente, chamada quinto, hoje não tem mais [...]

não pagasse ai botava pra fora [...] Não gosto de falar dessas coisas, garimpei a vida toda, peguei pedras, tudo pros outros...hoje não tenho nada. Me dá raiva!

Há quem conte ainda pelos botequins da vila, que muitos proprietários de garimpo ao receber a extração do dia pelos seus trabalhadores, desconfiados, davam óleo de rícino para que não sobrasse nenhuma dúvida se o que foi entregue era realmente o que se tinha retirado da terra. Como ainda retrata Seu E.V.C., antigo garimpeiro: “[...] Tinha o tempo que usava a escravidão, e para não dar ele porque judiava, engolia os diamante e no outro dia ia fazer efeito. Agora os donos dos garimpos conhecia quem fazia isso pegava e prendia o garimpeiro e dava óleo para o garimpeiro e esperava sair...”

E por ai as histórias ganham imaginação nessa relação social que em meio às reações negativas ainda se faz presente. Enriquecer famílias era sua sina dada a sua sorte. Os dentes de ouro, o luxo, a ostentação material e a luxuria eram produtos de quem tirara a sorte grande e apurou um uma pedra de qualidade¹⁵ ou, como diziam: - “fulano bamburrou!”. Já vai longe a história de quem se enriqueceu de dia e a noite a “carruagem virou abóbora”. O período entre estar rico e ficar pobre é tão fugaz que dura o tempo de um jogo ou de uma noite bem paga nas casas badaladas na movimentada noite da vila. Como retrata Rocha (1980, p.50): “[...] Garimpo é um jogo. Só deve jogar quem não tem muito a perder, e ganhando, deve sair e não voltar, enquanto tiver dinheiro. Quer uma prova? Olhe, o homem que primeiro me alugou, estava quase rico; pois já gastou tudo com o serviço, com o luxo, e está infusado que mete dó! Esta semana me veio pedir o saco fiado, e eu não tive jeito senão fiar”.

A vida do garimpeiro está entre os cascalhos revirados incansavelmente dia após dia, a espera da sorte grande, que quando encontrada segue um já predestinado no meio:

Quem trabalha nos garimpos, provavelmente por influencia do meio, raro escapa ap mau hábito de tornar-se gastador. Se bafejado pela sorte, tem prazer em ostentar prodigalidade: seguindo o exemplo dos companheiros bamburristas, como que se

sente na obrigação de esbanjar boa parte do seu ganho, promovendo beberetes e dissipando o dinheiro em outras futilidades. (minha vida nos garimpos, 1980, p.37)

O dialogo entre personagens do romance Maria Dusá, é um fiel retrato da realidade que perdurou na vida de tantos e tantos garimpeiros. Os diamantes brilharam e ofuscaram os sonhos num eterno processo dialético entre o perder e o ganhar. Seu A.S. de 69 anos lembra que “dinheiro de garimpo é como dinheiro de jogo, tinha aquela alegria e quando acabava ia para serra de novo pegar outro”.

Em outra passagem pelo romance, Rocha (1980, p. 86) escreve:

Eis por que em todas as minas de diamantes, por grandes que sejam suas riquezas, gira com rapidez maior que em qualquer outra industria, a roda da Fortuna e ninguém sabe ao justo, quando se abatem os muros e levam-se os monturos, acontecendo ainda que aquele que se abate hoje, levanta-se amanhã, e assim sucessivamente.

O “Cousa boa”, como o próprio nome sugere, foi um garimpo responsável pela ascensão da então vila de Xique-Xique. A abundância de diamantes cobriu de pedras a sociedade local. Outros garimpos também tiveram importância como o Bom Será, o Criminoso, Califórnia, Angico, Piaba, Luís dos Santos, Borrachudos, Bicano, Torres, Gererê, Caetano Martins, Gameleira, Raposo, Capão, Verruga e o Brejo (Santos, 2001). Mais recente, o garimpo do Brejo marcou época, sendo considerado por muitos como uma fonte inesgotável de diamantes. Dona A.C.S. de 70 anos, descreve a relação social existente na época:

O garimpo Causa Boa, na Passagem, dava muito diamante, que não alcancei por ser menina. A segunda etapa de maior exploração foi no Brejo, onde a gruna foi aberta e vários grupos de garimpeiros trabalhavam no lugar. Eram abertas portas que delimitavam o espaço de exploração das ‘sociedades’. O lugar era iluminado antes por candeeiros e depois por energia elétrica, o que por si só já era uma ‘atração turística’. [...] Dizem que ainda tem a mesma quantidade de diamantes, mas já morreu muita gente ali, porque é um trabalho difícil e é preciso fazer as calçadas e os giraus¹⁶.

Seu M.S.M., 68 anos, reforça as lembranças em uma leitura poética e com um novelo de esperança sobre o lugar: “O Causa Boa foi um ponto de muita pedra, tem até aquela história de Maria Dusá [...] um garimpo muito bom era Bom Será, e o recente o Brejo que deu muita pedra. Não se sabe se ainda tem muita pedra, se tiver lá por debaixo do segredo, só Deus sabe.” (grifo nosso).

Na figura do garimpeiro repousa a inquietação, a coragem, o desbravamento e inevitavelmente a esperança. A saída diária, ainda no raiar do sol, hoje já aliada à outra fonte de renda, não se vive só do garimpo, discorre a feição de um importante documentário vivo e ativo da sociedade do diamante.

O genuíno garimpeiro é uma organização especial, de educação física e moral algo semelhante à dos marinheiros. [...] A diferença entre as duas classes está em que o marinheiro obra disciplinadamente, e o garimpeiro, por impulso, ambição, entusiasmo, ou valentia, transfigurando-se, por vezes, em mártir ou herói, é sempre o velho garimpeiro, o incorrigível sonhador das bandeiras e entradas de aventureiros, vivendo romanticamente, nutrido moralmente por um ideal de riquezas inexauríveis. (Rocha, 1980, p.80).

O garimpo contou sob intermináveis montanhas de cascalhos, as chamadas montoeiras¹⁷, a história do lugar, onde a própria geografia local é testemunha. Áreas reviradas, paisagens modificadas e vidas acalentadas pelo garimpo que ainda é praticado, mesmo sobre as sombras do medo da fiscalização. Depois da febre do diamante datada até meados dos anos 40, segundo informantes, os garimpos continuavam trabalhando, mas agora atendendo a sua população e alguns aventureiros que teimavam em sonhar com a riqueza.

Por volta dos anos 80, a Chapada passa por uma nova procura diamantífera só que dessa vez com maior presença de máquinas e equipamentos mais potentes do ponto de vista ambiental. São as dragas¹⁸ que chegaram derrubando tudo que servisse como obstáculo ao seu ideal. Rochas, leitos de rios, a própria serra se sucumbiu diante de escavações poderosas se reduzindo a cascalho em pouco tempo de ação. As horas trabalhadas pelos antigos garimpos, agora

são minutos contados atrás dos diamantes.

O impacto ambiental foi intenso e irre-mediável. Não se conhecia mais o lugar, o posicionamento de muitas pedras que as lavadeiras se encontravam para trabalhar e contar histórias, rios assoreados que viravam armadilhas aos banhistas, que muitas vezes resultou em morte com valas abertas no fundo do seu leito. A história que se conta não é a história que se quer. Já não se tem o mesmo brilho da extração anteriormente contada. A máquina aniquila o poder manual. As mãos calejadas e o corpo cansado que se arriscava em busca de um sonho, agora atende aos mandos de uma caixa de marchas para enriquecimento industrializado, muitas vezes de quem nunca tivera por ali.

Funch (1997: 191) narra bem essa questão, quando diz:

O impacto negativo do garimpo mecanizado no meio ambiente fora multiplicado por causa do aumento do número de pessoas envolvidas nessa atividade e o uso de máquinas potentes nos trabalhos: crateras abertas nos leitos dos rios; cursos de água desviados e assoreados; devastação da população ribeirinha; detritos de maquinarias abandonados pela área e lixo acumulado nos acampamentos; estradas abertas pelos garimpeiros para dar acesso às minas danificaram trechos significativos ao longo dos rios da região.

Igatu não teve a presença das dragas em sua paisagem, mas muitos garimpeiros saíram em busca desse trabalho mecânico, onde o impacto também subiu a serra em busca de condutores de uma forma mais potente de exploração ambiental. É quando Nolasco (2000: 12) explica que “as dragas não chegaram em Igatu. Os garimpos tradicionais fizeram da região uma área sem solos, com fraturas reabertas por limpeza do cascalho que o preencha”. Mas o sonho do garimpo ainda vive quando se depara com anseios embevecidos de saudades de Dona A.S. P. de 67 anos, “por isso que o garimpeiro vive encabulado, o pessoal quer acabar com o garimpo... mas a gente ainda pega um cascalho. Eu nunca peguei grosso, mais eu tinha sorte no garimpo. Ah! Se eu pudesse ainda trabalharia com o garimpo!”, e Dona D.O.S. de 65 anos, “quando o negócio tá ruim a gente vai para serra. Eles querendo ou não, é disso que a gente veve!”.

O garimpo que ainda sobrevive se alia a atividades mais seguras do ponto de vista econômico. Hoje, quem é garimpeiro em Igatu, também é comerciante, agricultor, funcionário público, guia de turismo, ou seja, há a necessidade de uma atividade conjugada. As dragas foram proibidas em 1996 pelo IBAMA e CRA¹⁹ e outros órgãos responsáveis, junto a polícia federal. O caos aparentemente passou, mas as marcas impressas na paisagem registram um capítulo que mancha a história que conta à saga dos garimpeiros na região.

O Legado Cultural: uma aproximação para o turismo

Fazer um a leitura da paisagem constitui um exercício de interpretação. Partindo da noção de que “a paisagem não é um suporte passivo, mas uma entidade ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço” (Oliveira, 2002: 225), as etapas vividas e toda a sua produção cultural são acumuladas na paisagem como uma representação contemporânea produzida em escalas temporais diferentes.

A paisagem construída é uma representação real dos tempos vividos, um reflexo do modo de apropriação e dos traços culturais dominantes, podendo ser, portanto, uma revisão literária da história local. Sauer (1998: 09) esclarece que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é meio, a paisagem cultural o resultado”. Com base no binômio, paisagem-cultura, é que as relações socioeconômicas desenham o espaço habitado.

O conceito de cultura se constrói à medida que se escuta as narrativas do local. A apreensão dos costumes, símbolos e significados, verdadeiros instrumentos culturais, pelos moradores locais estão condicionadas ao modo de vida da vila. A cultura do garimpo ainda é forte na população após décadas e gerações. Filho de garimpeiro, garimpeiro é! Essa máxima perdeu um pouco a sua força a partir dos anos noventa, por conta da proibição do garimpo, embora tenha sido válida, praticamente uma regra, nos anos de glória da atividade garimpeira. Santos (1998: 61) afirma que a “cultura,

forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do processo de viver”.

A cultura é dinâmica, construída no dia a dia, e condiciona o modo de perceber o mundo. O garimpeiro sonha em encontrar a grande pedra e mesmo que se passe 30 anos, a sua relação com a terra será de eterna esperança, como sinaliza Laraia (2003: 68): “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”. Neste contexto, Pelto (1967: 111-112) conceitua cultura sob uma visão antropológica relatando

[...] o que freqüentemente, entendemos por cultura não vai além da ‘herança social’ de um determinado grupo de indivíduo. A herança social não é uma ‘coisa’ que se transmite intacta de geração para geração, como um móvel ou um cofre. Mas consiste nessa abstração complexa que daríamos forma como se não fosse possível fazer a síntese de todas as idéias, categorias de significados e ‘normas’ de comportamentos que os indivíduos de uma comunidade possuem. Cada nova geração discerne e transforma os sistemas ideológicos, os significados e as normas, nenhuma tradição social é fixa e nem invariável em uma sociedade. (tradução nossa).

Em 2000 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento do centro histórico de Igatu, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, depois de vários apelos e sinais de alerta dos ambientalistas e moradores preocupados com o futuro local. Tornar público o descaso do patrimônio nacional é um dever do cidadão que analisa o ambiente de forma macro e sistêmica. Inconformado com o abandono, o ambientalista inglês Daniel Bloom revela sob um tom de indignação o descaso com o patrimônio público brasileiro. Registrado pela imprensa, ele desabafa:

Resta-nos hoje o emocionante testemunho desta sociedade lavrista, que originou uma revolução de costumes na Bahia,

feitas de lutas, de cobiças, de ambições destemidas e de festas homéricas, como lembram certos habitantes da região, que ainda em memória as histórias contadas por antigos garimpeiros da vila, e que excedia todas as expectativas em termos de esplendor e opulência. [...] Testemunho que deve ser urgentemente resgatado do anonimato, transformando todo o conjunto arquitetônico das ruínas e das pequenas casas ainda existentes em patrimônio histórico e cultural nacional (Jornal a Tarde, 12/07/1998, p.07).

O tombamento da vila trouxe aconchego frente ao medo de ver Igatu perecer e correr o risco de perder sua identidade, estepizar sua cultura sob olhares e ações gananciosas, uma preocupação que também vem de dentro da população local, como alerta V.M.B.D., de 39 anos, nova moradora:

[...] existe uma preocupação com a estrada que deve ser preservada. Estudar maneiras de controle de forma que a população junte e se alie a esse processo, porque somente a população pode proteger, porque não tem como colocar um fiscal em cada construção dessas, em cada lugar. Então esse é o fator mais preocupante que pode vim a preocupar a vila.

Essa realização se tornara essencial para a perenidade de todo patrimônio cultural e natural envolvido. Entendendo-se que

A palavra patrimônio tem vários significados. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem. [...] O patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. Patrimônio natural são as riquezas que estão no solo e no subsolo [...] Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura. (Barretto, 2001: 9).

O patrimônio a que se refere não se limita apenas ao estrutural, ao estático. Inclui essencialmente, os contos, os temperos, os valores e costumes de uma população que tem no modo de vida a afirmação de sua identidade. Nesse contexto, as ruínas, as trilhas dos garimpos, as histórias narradas de geração a geração, a comida de D. Lita, o restaurante da Norma, os trabalhos manuais do Amarildo, a casa de Lindaura, as artes e os artesanatos produzidos em cada beco, entre outros, constitui o mais rico patrimônio herdado pelo lugar, ou melhor,

um valioso legado cultural.

A presença abundante da cactácea inspirou o batismo do lugar que mesmo após a mudança do nome, ainda se faz presente na cultura popular. O Xique-Xique (*Pilosocereus gounellei*) e a Palma (*Opuntia ficus-indica*) fazem parte da mesa dos moradores locais que desperta curiosidade de quem vem de fora e desconhece tal prática alimentar comum aos sertanejos de um modo geral, como caracteriza Andrade (2002: 54):

Na Chapada Diamantina, “o cortadinho de palma” está entre as comidas típicas mais apreciadas por moradores e turistas da região. Nos municípios de Andaraí, Mucugê e Lençóis, o picadinho de palma é considerado um dos três pratos típicos que caracterizam a região, juntamente com o godó (cortado de banana verde) e com picadinho de mamão verde.

Todo o legado cultural que se repousa nos temperos locais, usos e costumes são valores representativos da identidade local, resquícios dos tempos mais difíceis, o consumo de cactáceas hoje se configura como uma marca agregada ao patrimônio local, além de toda a sua história contada e ancorada na paisagem.

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade – não abarca apenas monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (Canclini, 1999: 99).

É nas palavras e ações de M. Z., artista plástico, 42 anos, morador recente da vila, idealizador da Galeria Arte & Memória, que junto com a comunidade local construiu uma representação viva de sua história recolhendo objetos em forma de doação para uma exposição permanente de instrumentos que falam sobre o lugar, que também pode ser interpretado todo o legado de um tempo que repousa na memória da vila e deve ser conhecedor de quem se aventura a conhecê-lo. M. Z. sintetiza (2004: 1):

Ruínas do Bairro Luís dos Santos, as áreas do Bambolim, Barriguda, Rua da Forca, inseridas no seu entorno urbano, são registros de imenso valor ao seu sensível patrimônio, legado do extrativismo que traçou o contorno que hoje desenha as mar-

cas do tempo em sua face. Resquícios de atividades garimpeiras como o Poço do Brejo, o Canal da Fumaça, Gruta do Teté e a antiga mina Brejo/Verruga, podem servir como objetos de interpretação do seu patrimônio, conciliado com a atividade turística crescente na pequena vila. O retorno às suas raízes culturais e manifestações religiosas esboçarão um traçado de continuidade no intuito de manter íntegra a sua derradeira riqueza.

As memórias acumuladas historicamente fazem surgir personagens contados na vida real. Símbolo cultural da cidade, Amarildo, 41 anos, nascido e criado na vila, talvez seja o mais expressivo patrimônio humano da história contemporânea de Igatu. Figura ímpar, de fala firme e confiante, ele discorre sobre a história e os anseios do lugar como quem fizesse uma leitura de sua própria vida. Aliás, Igatu, que ele conta de forma quase rudimentar, quando se lembra que o século XXI já raiou, em páginas manuais cada passo da vila diariamente como se fosse provedor dos acontecimentos da dinâmica do lugar. Há mais de quatro anos, escreve sobre a história da cidade no mesmo ritmo que a vida lhe encaminha.

Quem chega, quem sai, aqueles que já se foram... Fazem parte de uma contabilidade precisa e solitária como quem sugere que o patrimônio não é apenas para ser visto, mas para ser ouvido, narrado, sentido, ou melhor, para se fazer uso de todos os sentidos. O que encontra reforço nas palavras de Canclini (1999: 107) quando fala que “a ampliação do conceito elitista de cultura e a inclusão das formas artesanais de produção popular foram um avanço”. Uma crítica a inclusão única e exclusivamente de produtos arquitetônicos como parte interessante da cultura, quando se olvida dos saberes e fazeres que brota do seio da população local, os verdadeiros personagens da vida real. O que se revela em seguida com o decreto presidencial nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, no qual abarca “dos saberes”, “das celebrações” e “das formas de expressão”, como patrimônio imaterial de uma população. Ou como ainda informa Geertz (1989: 62), aonde “nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais [...]”.

O patrimônio material representado pe-

las construções e traços arquitetônicos e todo o patrimônio imaterial dos sabores e saberes são produtos dos lugares de memória e, portanto, lugares onde a população se reconhece e se identifica. O que resume Bolle (1984: 14):

O que se procura preservar, [...], não são, em primeiro lugar, objetos ou artefatos, obras arquitetônicas ou urbanísticas, mas algo mais próximo da gente, uma memória corporal e fisionômica, uma memória da percepção, do jeito de olhar e de andar, das maneiras de comer, de despertar do sexo...Todas essas coisas naturalmente estão ligadas à percepção de um espaço. Lugares e objetos são evocados como sinais topográficos e vasos recipientes da história da sensibilidade e da formação de emoções.

Ou como ainda completa Canclini (1999: 108) “[...] só resta preservar os bens históricos e os costumes tradicionais, testemunhos puros de tempos melhores”.

A noção do patrimônio possuído se reduz na visão da simplicidade das pessoas que acabam se acostumando com a paisagem como se fosse um móvel de sua casa. É o que lembra Dona M.C.O., 83 anos, aposentada, quando questionada por alguns turistas sobre a beleza do lugar: “- Eles dizem que nos não sabemos o valor que temos aqui!”. A apropriação do patrimônio por parte da população local se difere do olhar do outro baseado no estranhamento, que segundo Canclini (1999: 108) “[...] é necessário conhecer e entender os parâmetros de percepção e compreensão em que se baseia a recepção dos destinatários”. Neste contexto, o turista vê o lugar sob a ótica do que é esteticamente valorizado se aproximando de um laço fragilmente atado por uma percepção externa, diferente do olhar interior, de propriedade típica de quem também se sente parte integrante do patrimônio local.

As construções deixadas pelo garimpo são referências no espaço e no tempo que guardam em si as memórias do lugar, ou como lembra Carlos (2002: 31) “sem referências não se produz sequer o lugar na memória”. Contar a história por meio de elementos concretos, resultado de uma herança cultural, aguça a curiosidade de diversos olhares direcionados a um só espaço: o da imaginação. Compreender como a

vila chegou a tal estágio de despovoamento abre campo para um tipo de atração imaginária, alimentada pela imprensa e agências de viagens, que utilizam a singularidade local para despertar a curiosidade, utilizando-se apenas de um recorte histórico fragmentando o espaço, em imagens estáticas sem contextualização. A “cidade das pedras” e ainda num misto de magia mística a “cidade fantasma”, são outras “identidades” conferida a Igatu que na verdade constituem recursos e apelos que funcionam como atrativo para o local.

As ruínas do bairro Luís dos Santos, o maior conjunto arquitetônico da vila, e as do Bambolim, são elementos que compõem a paisagem residual. A esse respeito Cosgrove (1998: 117) afirma que:

Muitos elementos da paisagem pouco têm de seu significado original [...] é difícil recuperar o significado de tais formas para os que a produziram e, na verdade, a interpretação que fazemos deles nos diz tanto sobre nós mesmos e nossas suposições culturais quanto sobre seu significado original.

Guiada pelo turismo, as paisagens residuais da vila constituem elementos designados a visitação pública e a olhares fantasiosos que pouco ou nada compreendem sobre o alcance do seu campo de visão. Como bem estabelece Souza (2002: 97):

as funções espaciais e os significados contemporâneos, ora estabelecidos, são orientados pelo apelo turístico, onde o papel desempenhado por estes objetos de voyeurismo²⁰ define o modelo de turismo ali implantado, pela combinação natureza e patrimônio histórico-cultural.

Muito se perdeu pelo tempo. A movimentada vida da sociedade próspera deu lugar a saudade preenchida pelos registros das lembranças que ainda povoam a mente de tantos moradores. A lacuna deixada pela história busca o resgate de manifestações culturais ainda adormecidas.

Em busca dessas releituras ressurgem a tradição dos ternos das almas, memorizada pelos antigos moradores e organizada por um novo morador, comprometido com o reforço dos traços identitários e a reafirmação do lugar. Tal manifestação ocorria na quarentena a partir da quarta-feira de cinzas até a Semana Santa, quando a população, geralmente as mulheres, vestidas de branco e carregando velas, percorria as

ruas da vila, parando em sete estações previamente escolhidas, terminando a caminhada na porta da igreja. Conta-se que no meio da caminhada era proibido olhar para trás, com o perigo de “ver as almas”, já que era a hora delas. Este será o segundo ano que a população reviverá essa tradição.

Dona J.A.S.S. de 67 anos, quando menina tinha medo de ver a procissão passar, medo de ver os mortos, mas hoje faz parte do processo de rememoração cultural e discorre como acontece e o prazer que lhe dá:

O negócio dos ternos, antigamente tinha né? Depois teve aquela parada e ficou muito tempo assim... muitos anos parado. Quando é de uns dois anos pra cá que Marcos começou novamente [...] acontece na quaresma da semana santa para coisar os mortos, então começa das cinzas e essa reza é de sete semanas [...] eu sinto muito bem, eu gostei muito, eu nunca participei não porque nessa época o povo tinha o modo de dizer que não era para olhar pra trás [...] eu tinha medo de ir e não achar uma companhia pra ir pra casa então eu nunca participei. Agora com dois anos pra cá tô gostando de participar [...] vou no Cruzeiro, vou no Bexiguentos [...] eu acho que agora nós não ver porque começa agora oito horas e quando é dez horas nós tão dentro de casa e antigamente começava de onze horas em diante e só começava chegar dentro de casa doze horas, a hora deles mesmo, dos mortos né, doze horas.

Considera-se um trabalho de resgate que deve ser conjunto entre os principais atores sociais que constitui uma população e que, principalmente, seja para a população. Como coloca Ansarah (2003) que a “cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo que se inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente”²¹.

A cultura como espetáculo é uma arma que trai a identidade local. Santos (1994: 23-24) reforça que:

A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder [...] Quando o meio ambiente, como natureza-espetáculo, substitui a natureza-histórica, lugar de trabalho de todos os

homens, e quando a natureza cibernética ou sintética substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação atinge seu auge.

Um discurso que encontra apoio, com razão, nas palavras de Yázigi (2001: 288): “Concordar com a espetacularização permanente da cultura, como é norma hoje em dia, é trabalhar para que a alienação aumente. Mas não creio que este seja um problema do turismo, mas de toda a civilização, porque toda a civilização está voltada às ‘produções’”.

O turismo surge nas ruas da vila como a mais recente forma de apropriação do espaço. Toda a característica peculiar do lugar agregando suas estruturas físicas, história e natureza constituem campo fértil para o desenvolvimento de tal atividade. Igatu possui riquezas que vão além de uma *vitrine cultural*²², ou seja, uma mera exposição produzida com cunho mercadológico no qual as formas culturais são expostas sem o mínimo de zelo e respeito aos seus reais provedores, funcionando como uma vitrine de loja cara, na qual a população não se sente parte integrante do que esta sendo finalizado, mas atinge as receitas, a fala e a cara, a sua essência contida.

Combinar todo o legado cultural da época do garimpo, ampliando o conceito patrimonial, dentro de princípios com base no respeito aos lugares de memória e aos laços que eternizam o lugar, ainda se faz distante das grandes ações práticas, vislumbrando apenas no campo teórico.

Referências

- Andrade. C.S.
2005 “No meio do caminho tinha uma pedra”: Memória, turismo e o místico na paisagem de Xique-Xique de Igatu, Andaraí-BA.2005, 173f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo)- UESC, Ilhéus, Ba.
- Andrade. C.T.S.
2002 “Um estudo etnobotânico da conexão homem/cactaceae no semi-árido baiano”. 2002, 102f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Biologia, UEFES, Feira de Santana, BA.
- Ansarah. M.G.R.

- 2003 “Tendências do turismo contemporâneo”. Apostila da disciplina ministrada no curso de mestrado em Cultura & Turismo da UESC-Ba. Ilhéus..
- Barretto. Margarita
- 2000 *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus.
- Bolle. W.
- 1984 “Cultura, patrimônio e preservação: Texto I”. In: Arantes, A.A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.11-23.
- Bosi. E.
- 1994 *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canclini. N.G.
- 1999 “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. In: Hollanda, H.B.(org.). *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, nº 23, p. 94-115.
- Carlos. Ana Fani. A.
- 2002 “O Turismo e a Produção do Não-Lugar”. In: Yázig, Eduardo (org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 26-34.
- 1996 *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Cosgrove. D.
- 1998 “Em direção a uma geografia Cultural radical: Problemas de Teoria”. In: Silva, L.B.O. *Espaço e Cultura*, nº 05. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, p.6-29 jan/jun.
- Ferreira. M.M; Amado, J. (orgs.).
- 2001 *Usos e abusos da historia oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Gastal. S.
- 2002 “Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local”. In: Gastal. S. (org.). *Turismo investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, p. 69-81.
- Geertz. C.
- 1989 *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Joutard. P.
- 2001 “Historia oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: Ferreira, M.M; Amado, J. (orgs.). *Usos e abusos da historia oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 42-62.
- Laraia. R.B.
- 2003 *Cultura um conceito antropológico*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Le Goff, Jacques.
- 1996 *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Lozano. J.E.A.
- 2001 “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: Ferreira, M.M; Amado, J. (orgs.). *Usos e abusos da historia oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV. p.15-25.
- Nora. Pierre.
- 1993 “Entre a Memória e História: A problemática dos lugares”. Trad: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo: dez.
- Santos Milton.
- 1990 *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3 ed. São Paulo: Hucitec.,
- 1998, *O espaço do cidadão*. 4 ed. São Paulo: Nobel (Coleção espaços).
- Sauer. C.O.
- 1998 “Morfologia da Paisagem”. In: Corrêa, R.L.; Rosendhal, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj
- Thompson. Paul.
- 1998 “A voz do passado: historia oral”. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Tuan, Yi-Fu.
- 1983 “Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência”. São Paulo: Difel.
- Voldman. D. Definições e Usos. In: Ferreira, M.M; Amado, J. (orgs.).
- 2001 *Usos e abusos da historia oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.32-41.
- Yazigi. Eduardo.
- 2001 *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto.

NOTAS

¹ Esse artigo é parte da dissertação de mestrado em Cultura e Turismo (UESC-BA), orientada pela Prof^a. Dra. Marília Ansarah, defendida em mai/05.

² O termo nativo é aqui compreendido como as pessoas que nascem no lugar.

³ Dado recolhido em fevereiro de 2004.

⁴ Produção manual feita pelo próprio morador, Amarildo dos Santos, colocada a venda em sua lojinha na vila.

⁵ Regionalização turística da Bahiatursa.

⁶ Dado cedido por Amarildo dos Santos , em sua produção “Xique-Xique: um pequeno resumo da nossa história antiga”, 2001 , também a venda em sua lojinha na vila.

⁷ Disponível em:
http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/hist_05_p.htm#>. Acesso em:14.mar.2004

⁸ Localidade próxima a Andaraí.

⁹ Sedimentos grossos de composição e granulometria variáveis, onde se encontram os diamantes (MISI & SILVA, 1994).

¹⁰ Escala que mede a resistência dos minerais de 1 a 10.

¹¹ Ato de achar um diamante grande.

¹² Micareme seria um precursor do que hoje se conhece como Micareta, ou carnaval fora de época.

¹³ Escavação feita nas rochas para retirada do cascalho.

¹⁴ Um dos garimpos mais produtivos de Igatu.

¹⁵ O valor de um diamante depende basicamente de quatro fatores: tamanho (peso), forma, cor e pureza, como diz Funch (1997 p. 178).

¹⁶ Eram bases de apoio para os garimpeiros sustentados com madeiras no interior das grunas, para evitar que a terra desmoronasse durante a escavação.

¹⁷ Acúmulo de fragmentos de rochas excedentes do garimpo.

¹⁸ Bombas de água movidas a motor utilizadas para revirar a terra a procura de diamantes.

¹⁹ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e Centro de Recursos Ambientais(CRA).

²⁰ Utilizando uma expressão de Meneses (1999).

²¹ Material fornecido pela Profa. Dra. Marília G. dos Reis Ansarah, na disciplina Turismo, Cultura e Lazer do mestrado em Cultura e Turismo (UESC/BA) em setembro de 2003.

²² Termo e conceito designados pela autora.

Recibido: 27 de febrero de 2008
Reenviado: 18 de junio de 2008
Aceptado: 19 de julio de 2008
Sometido a evaluación por pares anónimos